

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (ARG) PABLO ARIEL VIOZZI

ARGENTINA E SOFT POWER NA ANTARTICA

Rio de Janeiro

2021

CF (ARG) PABLO ARIEL VIOZZI

ARGENTINA E SOFT POWER NA ANTARTICA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: Renato da Fonseca Lacerda Batista

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, Fernanda, Constanza e Marco pelo amor, apoio incondicional, companheirismo e compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Renato da Fonseca Lacerda Batista, pela disponibilidade irrestrita, pelas críticas sinceras e construtivas, empenho e profissionalismo na orientação deste trabalho.

Aos amigos da turma do C-EMOS-2021 pelo companheirismo e apoio durante o curso.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar se a República Argentina, ao promover seus interesses na Antártica durante o século XX e até o presente, influenciou outros atores envolvidos na questão antártica a partir de uma perspectiva de *soft power* nas relações internacionais. A relevância do assunto se baseia na oportunidade de entender as estratégias utilizadas pela Argentina e como estas evoluíram nos momentos de mudanças nas regras da região, como a assinatura do Tratado Antártico que posicionou a Argentina em um lugar de extrema importância, pois foi um dos doze países inicialmente signatários. A partir daquele momento, que determinou o *status quo* das reivindicações territoriais e da cooperação, a Política Antártica Argentina foi adquirindo valor até atingir um lugar de alta importância nas decisões multilaterais do Estado. O desenho de pesquisa utilizado foi o confronto da teoria com a realidade, aplicando-se a teoria das relações internacionais do professor e geopolítico norte-americano Joseph Nye, onde o *soft power* fornece mais um universo de recursos para que os Estados possam influenciar os outros atores no Sistema Internacional e alcançar seus objetivos. Também será apresentada a definição de Realismo de Hans Morgenthau e de Idealismo de Thomas Wilson contextualizando a pesquisa. A área estudada foi a Antártica, incluindo também uma breve análise do Atlântico Sul, por incluir um ator extrarregional com forte influência nas relações multilaterais da Argentina com os outros atores regionais. O quadro de cooperação gerado pelo Tratado Antártico determinou os meios a serem utilizados, assim a Argentina, fazendo uma leitura do mesmo, exerceu influência para a obtenção de certos objetivos que são de seu interesse, mas o momento é de buscar intensificar a cooperação e as relações multilaterais com vistas ao ano de 2048, de forma que não perda a oportunidade de ser um ator decisivo nos assuntos antárticos.

Palavras-chave: *soft power*, Tratado Antártico, cooperação, Antártica, Política Antártica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- O navio ARA “ <i>Uruguay</i> ” partindo para a Antártica.....	45
Figura 2- Antártica Argentina.....	45
Figura 3- Quebra-gelo ARA “ <i>Almirante Irizar</i> ” e helicóptero Sea King.....	46
Figura 4- Resgate do “ <i>Magdalena Oldendorff</i> ”.....	46
Figura 5- Extensão da Plataforma Continental Argentina.....	47
Figura 6- Mapa com limites das reivindicações territoriais do Continente Antártico.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI-	Ano Geofísico Internacional
AMP-	Área Marinha Protegida
ARA-	<i>Armada de la República Argentina</i>
ATS-	<i>Secretariat of the Antarctic Treaty</i>
CAV-	Campanha Antártica de Verão
CCAMLR-	Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos
CCFA-	Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas
CLPC-	Comissão sobre os Limites de Plataforma Continental
CNUDM-	Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
COCOANTAR-	Comando Conjunto Antártico
CONAE-	Comissão Nacional de Atividades Espaciais
DNA-	<i>Dirección Nacional del Antártico</i>
EMCO-	Estado-Maior Conjunto
EUA-	Estados Unidos da América
IAA-	<i>Instituto Antártico Argentino</i>
IAATO-	Associação Internacional de Operadores Turísticos na Antártica
ICJ-	Corte Internacional de Justiça
LADE-	<i>Líneas Aéreas del Estado</i>
MINDEF-	Ministério da Defesa
MINREX-	Ministério das Relações Exteriores
ONG-	Organização Não Governamentais
ONU-	Organização das Nações Unidas
OTAN-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA-	Comissão de Proteção Ambiental
PANC-	<i>Patrulla Antártica Naval Combinada</i>
RAPAL-	Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos
RCTA-	Reunião Consultiva do Tratado Antártico

RU-	Reino Unido
SAR-	<i>Search and Rescue</i>
STA-	Sistema do Tratado Antártico
TA-	Tratado Antártico
TUB-	Departamento de Tecnologia Espacial de Universidade de Berlim
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPF-	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>
ZOPACAS-	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TEORIA DO <i>SOFT POWER</i>	9
2.1 Aplicação e escopo do <i>soft power</i>	12
3 ARGENTINA NA ANTÁRTICA	16
3.1 A situação no Atlântico Sul	21
3.2 Tratado Antártico	26
3.3 Potencial antártico	30
3.4 Política Antártica Argentina e Programa Antártico Nacional	34
4 CONCLUSÃO	39
REFERENCIAS	43
ILUSTRAÇÕES	45

1 INTRODUÇÃO

A Antártica desde o final do século XIX até o presente evoluiu em importância. No século XIX, a presença humana neste território teve como objetivo principal a atividade econômica, principalmente pela caça de baleias e focas e, em menor grau, mas não menos importante, a exploração de territórios até então desconhecidos para alcançar o reconhecimento e a fama mundial.

No final do século XIX e na primeira metade do século XX a atividade científica começa a ganhar importância e alguns estados passam a entender a importância geoestratégica da Antártica. Nesse sentido, em 1908, o Reino Unido (RU) reivindicou territórios na região usando como ponto de projeção as Ilhas Malvinas, que estavam sob sua posse. Outros países como França, Austrália, Noruega, Chile e Argentina seguiram-se nesse processo em 1959, ao final do Ano Geofísico Internacional (1957-1958).

As duas superpotências envolvidas na Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não tendo reivindicado territórios e planejando manter essa área fora de conflitos futuros, avançaram com uma proposta, que tem sua gênese em uma feita pelo Chile em 1948, onde a Antártica seria regulada por um tratado, que teria como objetivo a pesquisa científica e a cooperação multilateral. Com base neste fato e nas conclusões obtidas pelos Estados participantes durante o Ano Geofísico Internacional, em 1961, o Tratado Antártico (TA) foi colocado em vigor, passando a regular a região em bases legais.

A partir daí, os estados signatários aumentaram sua influência na área, passando de uma região, a princípio, sem valor, para uma região com grande importância estratégica. É o momento de expansão da ocupação humana na Antártica, com a construção de bases e estações geridas principalmente pelas respectivas forças armadas. Isso ocorre com um duplo padrão, respeitando primeiro o TA e demonstrando a presença territorial mais tarde. Porém, o Tratado

determinou os meios que devem ser aplicados para exercer influência na região, sendo eles, as ações científicas e processos colaborativos.

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se a verificar se a política de Estado da República Argentina para promover seus interesses na Antártica foi usada para influenciar outros atores, baseando-se na teoria do *soft power* de Joseph Nye.

A área de estudo foi limitada principalmente à Antártica, mas foi incluída uma breve análise do Atlântico Sul, pois a Política Antártica Argentina é influenciada pela questão das Malvinas. A Política Antártica Argentina a partir da assinatura do TA até os dias atuais, vem buscando possíveis linhas de cooperação entre a Argentina e outros atores com propósitos comuns, visando a discussão do Tratado em 2048.

O desenho da pesquisa utilizado foi o confronto da teoria com a realidade, apoiado por uma pesquisa bibliografia, contextual e documental, sobre a Política Antártica Argentina. Devido à curta extensão deste trabalho, as políticas antárticas do Brasil e do Chile, outros atores de referência na região, não foram analisadas.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo tratará de uma sucinta descrição da teoria do poder e do *soft power* de Joseph Nye, fazendo uma breve explicação da teoria realista e da teoria idealista para o contexto. Posteriormente, serão determinados quais recursos são aqueles que podem ser usados no *soft power* de acordo com os meios aplicados.

O terceiro capítulo abordará a visão da Argentina, analisando sua história antártica, a situação do Atlântico Sul com as Ilhas Malvinas, Gerogias e Sandwich do Sul, o Tratado Antártico e o potencial da Antártica em relação aos recursos e às mudanças climáticas. Terminará abordando a Política Antártica Argentina e o Programa Antártico Nacional, onde chegaremos a conclusões sobre sua influência e potencialidade. Por fim, o último capítulo apresentará a conclusão do trabalho.

2 TEORIA DO *SOFT POWER*

O que é poder? se consultarmos uma definição de dicionário, ele pode ser definido como a "Capacidade de executar algo, influência, domínio, controle, autoridade, força"¹.

Mas o poder é dinâmico e complexo, e evoluiu ao longo da história. Em outras palavras, o poder é como o ser humano o interpreta e como interage com ele, sendo produto das sociedades. Mas o que tem o poder que o torna tão atraente para o ser humano primeiro e para os Estados (ou atores)² mais tarde? A resposta parece simples e pode ser resumida da seguinte forma, o poder é a capacidade de fazer as coisas acontecerem.

No âmbito das relações internacionais existem diferentes tipos de teorias de aplicação do poder pelas quais os Estados podem realizar suas políticas na busca de seus interesses. Essas teorias podem ser divididas de maneira mais ampla em teoria realista e teoria idealista, as quais serão sucintamente comentadas, a fim de posteriormente explicar a teoria do *soft power* e sua forma de aplicação.

A teoria realista foca no poder atribuído a um Estado pelo uso de suas capacidades materiais, que podem ser resumidas em sua capacidade militar, recursos naturais, população, capacidade industrial e recursos financeiros, entre outros. Nessa teoria temos o poder conhecido como *hard power*, e é alcançada aplicando uma certa coerção a outro Estado. Esta teoria foi desenvolvida por Hans Morgenthau (1904-1980)³.

Ela mostra que o poder não é compartilhado e que os Estados competem por ele sem considerar a cooperação. O poder militar é o meio para alcançar os fins e onde a política

¹ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

² Atores chamados de forma genérica, uma vez que entidades não-estatais também podem intervir. Assim, neste trabalho, o termo "atores" será aplicado de forma intercambiável para os Estados e atores não-estatais.

³ Hans Morgenthau, advogado e político americano. Destacou-se no campo das relações internacionais, onde uma de suas obras de destaque corresponde ao desenvolvimento da teoria realista nas relações. Ele é frequentemente considerado, juntamente com George Kennan e Reinhold Niebuhr, um líder do realismo após a Segunda Guerra Mundial.

tem um papel preponderante no Sistema Internacional, mas isso não leva em conta ética ou moral, uma vez que tem um peso maior os resultados. Pode-se inferir que essa teoria condiciona a racionalidade dos tomadores de decisão na utilização de recursos e meios para obter os fins desejados.

Em contraste, temos o idealismo, onde Thomas Wilson (1856-1924)⁴ argumenta que o propósito das relações internacionais é o respeito aos valores morais, bem como aos direitos do homem. Busca eliminar a guerra e o conflito através da diplomacia aberta apoiada pelas normas do Sistema Internacional. Argumenta que, aqueles interesses dos Estados que são opostos e não complementares, são alcançados através da cooperação.

Com essa visão das teorias realistas e idealistas podemos explicar o *soft power* de Joseph Nye (1937)⁵. Esse tipo de poder é baseado na atração, na preferência que um ator possui para outro. Se o levarmos para o reino da política e o conceituarmos a um político, este usa sua capacidade de "seduzir" para atrair seus seguidores e outros, através de elementos intangíveis, como o carisma. No ambiente dos Estados, os elementos intangíveis podem ser cultura, ciência, respeito às normas internacionais, moral e valores. Essas ferramentas podem ser chamadas de "meios", que contribuem para a obtenção dos propósitos impostos (Joseph S. Nye, 2004).

Nye define que “O *soft power* usa um tipo diferente de moeda (não a força, não o dinheiro) para gerar cooperação, atração por valores compartilhados e a justiça e o dever de contribuir para a realização desses valores”⁶ (Joseph S. Nye, 2004, p. 16).

⁴ Thomas Wilson, político e advogado norte-americano, vigésimo oitavo presidente dos Estados Unidos que exerceu o cargo de 1913 a 1921, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1919. Na teoria das relações internacionais, o idealismo refere-se, assim, à linha de pensamento que, na história diplomática americana, desenvolveu-se com base em suas ideias. Segundo eles, o objetivo da política externa deve ser o respeito aos valores morais e aos direitos humanos. O objetivo desta escola é obter a paz.

⁵ Joseph Nye, geopolítico norte americano, co-fundador com Robert Keohane, da teoria do neoliberalismo das relações internacionais em 1977. Junto com ele desenvolveu os conceitos de interdependência complexa assimétrica.

⁶ “*Soft power uses a different type of currency (not force, not money) to engender cooperation an attraction to shared values and the justness and duty of contributing to the achievement of those values*”, “*Soft Power. The means to success in world politics*”. Tradução do autor.

Se tomarmos a cultura como exemplo, ela tem diferentes recursos para influenciar e cooptar similares como, por exemplo, cinema, música e literatura. Da mesma forma, instituições, com sua reputação e prestígio, podem melhorar o *soft power* de um Estado, ainda mais se forem reconhecidas internacionalmente.

Hoje, os Estados tentam legitimar seu poder aderindo às regras internacionais, o que influencia o âmbito internacional. Isso pode ser favorável aos Estados que atuam dessa forma, uma vez que essa demonstração de apego à lei pode encontrar menos resistência em outros Estados que são de interesse para a realização dos fins subsequentes, e isso pode desenvolver linhas de cooperação entre eles (Joseph S. Nye, 2004).

Podemos citar um exemplo, no âmbito regional, de adesão às normas internacionais, na resolução da disputa entre a República Argentina e a República do Chile sobre as Ilhas do Canal de Beagle⁷ no final dos anos 70 e início dos anos 80, onde ambos os países estavam prestes a travar uma guerra. A disputa foi resolvida com a arbitragem do Vaticano e de Sua Santidade João Paulo II (1920-2005). Com este fato, pode-se ver a aplicação do *soft power* pelo Vaticano, conseguindo chegar a uma solução negociada que acabou com a disputa.

O mundo tornou-se interdependente, globalizado, onde as ações de um ator têm impacto sobre outros atores globais, sejam estatais ou não. Essa interdependência produz uma troca recíproca criando potencialidades que, dependendo de como são usadas, podem exercer poder uns sobre os outros. Se um ator pode moldar e cumprir as regras internacionais e outros atores usam suas instituições para "copiá-los" e seguir seu exemplo, isso pode ser chamado de sedução e estamos na presença de *soft power*. (Joseph S. Nye, 2004, p. 18)

⁷ Foi uma disputa territorial entre a República Argentina e a República do Chile sobre a determinação do traço da boca oriental do Canal de Beagle, que afetou a soberania das ilhas Picton, Nueva e Lenox localizadas dentro e ao sul do canal, e a leste do meridiano do Cabo de Hornos e seus espaços marítimos adjacentes. A intervenção do Vaticano evitou um conflito e a disputa terminou com a subsequente assinatura do Tratado de Paz e Amizade entre os dois Estados em 1984.

2.1 Aplicação e escopo do *soft power*

O *soft power* é alimentado por diferentes fontes, que lhe dão energia e o alimentam para que possa agir. Como visto antes, essas fontes são principalmente: cultura, valores e relações internacionais⁸ (Joseph S. Nye, 2004, p. 20).

A cultura é baseada nas práticas e valores que foram criados pela sociedade. Isso pode ser dividido em alta cultura (artes, literatura e educação) e cultura popular. A penetração cultural é de grande influência para os Estados. Pode ser visto em vários exemplos que, do cinema e da moda à forma de alimentação e comunicação, um Estado pode influenciar outro. É mais fácil para as potências mundiais usar tal recurso, citando como exemplo os EUA e sua "cultura de exportação" que penetrou em sociedades totalmente antagônicas, como a antiga URSS ou a China (Joseph S. Nye, 2004).

Esse poder é atraente na natureza e seu propósito final é gerar cooperação em outros atores. É aí que a teoria de Nye é de grande interesse para países que não são potências mundiais e não têm um alto nível de *soft power*, mas têm um nível de atributos (recursos) de tal forma que eles podem gerar interferências em certos níveis do cenário mundial.

O interessante sobre isso é o seu escopo e os meios e recursos colocados em jogo para a realização dos interesses perseguidos pelo ator. Como vimos, a cultura tem uma grande participação, pode-se avançar na análise disso para o ramo das ciências, que, quando combinados com as relações internacionais, produzem um efeito de influência de grande interesse.

Pode-se ver que os países de alto nível investem em pesquisa e desenvolvimento em diferentes campos da ciência cujos resultados, por um lado, retornam à sociedade

⁸ Joseph Nye, *"The soft power of a country rests primarily on three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority.)"*

traduzindo-se em tecnologia e produtos úteis para a vida cotidiana e, por outro lado, o *know-how* permanece no país e pode ser usado de diferentes formas. Com ele tem-se um bem intangível, que pode ser traduzido em um recurso para obter determinados propósitos. Exemplos incluem contratos de desenvolvimento com transferência de tecnologia.

Mas, como este mundo é interdependente, pode-se intuir que, se um ator possui esse recurso, que pode ser chamado de "interesse", pode gerar uma ação de sedução em outro. Esses interesses não têm o mesmo peso ou "valor" para todos os atores, pois para alguns desses atores esse interesse pode ser fundamental para sua subsistência ou fim desejado e para outros não, pois eles o possuem sem limitações. Então, com isso é possível realizar uma divisão hierárquica, entre "grandes interesses" e "interesses menores" de acordo com sua importância relativa e suas próprias necessidades.

Com esses interesses, os atores começam a interagir exercendo poder e influenciando uns aos outros. O conhecimento da ciência exerce poder, e se é reconhecido em esferas internacionais, aumenta e promove uma atração de alto nível, ainda mais quando esse conhecimento não é comum, seja pelo alto grau de desenvolvimento tecnológico e capacidade científica do recurso humano ou pelo tempo gasto na pesquisa. Exemplos incluem pesquisas no fundo do mar para nódulos polimetálicos, energia atômica, exploração de petróleo, nanotecnologia e indústria espacial, entre outros.

Mas todos esses recursos de poder que um ator possui, nas relações internacionais, são potenciais até que uma estratégia para perseguir um fim seja determinada. Caso contrário, são grandes possibilidades, muitas vezes reconhecidas em todo o mundo, que não alcançam a sinergia necessária para exercer influência sobre os outros. Ou seja, uma estratégia adequada para o seu uso deve ser elaborada. Aqui percebe-se a importância de definir quais são os fins e começar a traçar os meios para alcançá-los.

Todos os países têm um certo nível de *soft power*. No mundo, empresas e instituições interessadas nesse tipo de poder, dedicam um grande esforço para fazer medições e determinar um ranking mundial dos países mais influentes do mundo. De acordo com o *Global Soft Power Index* ⁹ em seu ranking de 105 países avaliados para o ano de 2021, O Brasil é o número 35º do ranking, a Argentina é a 41ª colocada e o Chile é o 55º.

Para determinar essa graduação, uma série de parâmetros de medição são utilizados com diferentes processos de cálculo e análise. A determinação dos parâmetros avaliados vem da análise dos sete pilares de *soft power*. Esses elementos são constituídos por: negócios e comércio, governança, relações internacionais, cultura e patrimônio, mídia e comunicação, educação e ciência e, finalmente, população e valores (GLOBAL SOFT POWER INDEX, 2021).

É interessante notar que cada um desses pilares tem áreas de influência onde as informações são obtidas e contribuem para a exatidão da análise. Isso nos aproxima de determinar como cada ator pode fazer uso deles para elevar seu poder e, assim, exercer influência:

- Negócios e comércio: Economia, negócios, empresas, investimentos, infraestrutura, crescimento futuro.
- Governança: Direitos humanos, segurança, constituição, taxa de criminalidade, lei e ordem.
- Relações internacionais: Relações diplomáticas, organizações internacionais, resolução de conflitos, ajuda internacional e preocupação com o clima global.
- Cultura e patrimônio: Turismo, esportes, comida, artes, literatura, música, moda, cinema.
- Mídia e comunicação: Marketing, mídias sociais, mídia tradicional.

⁹ Disponível em: <<https://brandirectory.com/globalsoftpower/>>. Acesso em: 12 maio 2021.

- Educação e ciência: Ensino médio, ciência e tecnologia.
- População e valores: Valores, caráter e confiança.

Portanto, esse poder pode oferecer todos os tipos de benefícios para os países, sua população e organizações. O *soft power* permite que os países se promovam como um lugar para as pessoas visitarem e investirem, construindo uma reputação. Também permite que um país aumente a estima de seus países vizinhos, eleve comercialmente seus recursos e, assim, se projete no cenário internacional (Joseph S. Nye, 2004).

Se os fatores acima também forem aplicados no ambiente interno, a qualidade de vida da população vai melhorar e gerar uma relação de sinergia entre o interno (próprio do país) e o externo ao país. Com a melhoria da qualidade de vida, prosperidade e retenção de recursos humanos (conhecimento) poderia ser observada a atração de recursos externos como turismo, influência, parcerias internacionais e conhecimento.

O conhecimento gera uma grande influência, assim, vemos que em países como os EUA e a RU 28% e 14% respectivamente, são estudantes estrangeiros. Eles vêm de diferentes partes do mundo, que, uma vez concluídos seus estudos, podem retornar aos seus países carregando consigo a influência de seus educadores, modo de vida e cultura. Outra opção é que esses alunos se estabeleçam nos países de acolhimento, por razões econômicas e/ou profissionais, desenvolvendo suas habilidades lá. Esse recurso é muito valioso e procurado, pois traduz o desenvolvimento da ciência e o crescimento do país (Joseph S. Nye, 2004).

Então podemos dizer que conhecer o nível de *soft power* pode determinar pontos fortes e fracos de um Estado e orientar os governantes a construir um cenário de prioridades e orientar suas opções estratégicas. Essas escolhas determinam sua estratégia política para exercer atração. Portanto, nesta era de comunicação, é de extrema importância utilizar todos os recursos disponíveis de comunicação, relações internacionais, educação, ciência e mídia para influenciar qualquer canto do mundo e, assim, alcançar os fins desejados.

3 ARGENTINA NA ANTÁRTICA

A Argentina tem uma longa história de presença no continente branco que remonta ao Vice-Reino do Rio da Prata no século XVIII, quando caçadores de focas foram para essas latitudes seguindo a trilha dos animais. Já no século XIX começaram a ser concedidas licenças de caça, demonstrando maior interesse no controle da região e das atividades.

Em 1829, foi criado o Comando Político-Militar das Ilhas Malvinas, e foram atribuídas diferentes funções, sendo uma delas a proteção e conservação da fauna, uma vez que focas e baleias estavam sujeitos à caça indiscriminada por navios de diferentes bandeiras. Deve ser lembrado que, em 1833, os habitantes argentinos que se encontravam nas ilhas foram expulsos por unidades navais do Reino Unido (Vlasich, 2013).

Um evento de grande repercussão mundial ocorreu em 1903, quando a Marinha Argentina realizou o resgate da expedição sueca do Dr. Otto Nordenskjöld (1869-1928)¹⁰ com o navio ARA "*Uruguay*" sob o comando do Tenente Julián Irizar (1869-1935)¹¹ (FIGURA 1). Esta operação foi realizada devido a perda do navio que os transportava, o "Antártica", preso pelo gelo. Deve-se lembrar que da expedição Nordenskjöld fazia parte o Alferes de Navio José María Sobral (1880-1961)¹², demonstrando o interesse da Marinha em pesquisar e explorar essas latitudes (Martin, 2013, pág. 209).

A partir daí, a Argentina criou um vínculo de maior afinidade com a Antártica e, em 1904, a presença argentina na região e o interesse pela ciência foi reafirmado, quando foi

¹⁰ Nils Otto Gustaf Nordenskjöld, geólogo, geógrafo e explorador de origem sueca. Ele conduziu diferentes campanhas de exploração no Canadá, Patagônia, Alasca e Peru.

¹¹ Vice-almirante Julián Irizar Echeverría, oficial da Marinha Argentina que comandou a expedição de resgate à Antártica em 1903. Em sua homenagem teve seu nome dado ao navio quebra-gelo da Marinha Argentina.

¹² Alferes José María Sobral, explorador argentino, oficial e geólogo. Ele foi nomeado para a expedição Nordenskjöld. Após sua aposentadoria da Marinha Argentina, estudou geologia na Suécia e em 1930, foi nomeado pela Sociedade Hispânica de Nova York como o maior geógrafo do hemisfério sul. Autor de os livros como "*El Futuro de Nuestra Armada*", "*Problemas de los Andes Australes*" e "*Dos años entre los hielos*", entre outros.

inaugurado o primeiro assentamento permanente, localizado na Ilha Laurie¹³. Esta base, chamada “Orcadas”, foi a primeira base científica do mundo na região e tem a honra de ser o primeiro posto de correio do continente branco (Vlasich, 2013).

A partir daí, navegações exploratórias e logísticas para a manutenção permanente do pessoal e da infraestrutura da estação "Orcadas" foram realizadas frequentemente, o que gerou grande experiência e reconhecimento mundial.

Em 1939, foi realizada a Exposição Polar Internacional na Noruega, onde a Argentina participou com uma comissão composta pelos Ministérios das Relações Exteriores, Marinha e Agricultura. Paralelamente a isso, a Marinha começa a desenvolver um plano geral para a ocupação, administração e exploração de águas, arquipélagos e do continente antártico. Assim, em 1940 foi criado o primeiro órgão antártico argentino: a *Comisión Nacional del Antártico*¹⁴, dentro da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, composto por pessoal do Serviço Meteorológico e da Marinha (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

Assim, as ações foram coordenadas em diferentes campos de influência, voltadas à pesquisa e observação científica, presença e ocupação, relações internacionais e à necessidade de instrumentos legais. No mesmo ano, o Instituto Geográfico Militar publicou o mapa do território argentino que incluía o setor antártico, entre os meridianos 25° e 74° de longitude oeste e ao sul da latitude sul de 60° (FIGURA 2).

Na década de 1940, foram feitos avanços que estabeleceram as bases de legitimidade para a presença argentina na Antártica, como o enriquecimento do conhecimento cartográfico, hidrográfico e meteorológico da região, além de reconhecimento aéreo, fotografia

¹³ A Ilha Laurie é a segundo maior do arquipélago das Ilhas Orcadas do Sul. Sua extensão tem 12,5 MN de comprimento (E-O) e está localizada a 60° 44' Sur / 44° 37' Oeste. A ocupação da ilha ocorreu em fevereiro de 1904. Por esses fatos e pela Lei Nacional 20.827 o dia 22 de fevereiro foi instituído como Dia da Antártica Argentina.

¹⁴ Decreto N°61.852/40.

e balizamento. O plano da Marinha para o continente foi reestruturado, agregando a presença das três Forças Armadas, a partir da década de 1940 (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

Em 1948, a jurisdição da *Gobernación Marítima de Tierra del Fuego*¹⁵, passou a abranger o setor antártico e as ilhas do Atlântico Sul. Em 1951, o Coronel Hernán Pujato (1904-2003)¹⁶ atravessa o Círculo Polar Antártico, inaugurando a base "*San Martín*". Em 1951, foi criado o *Instituto Antártico Argentino* (IAA)¹⁷ que passou a centralizar a atividade científica e se tornou uma das instituições mais antigas desse tipo no mundo (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

Com a criação do IAA, foi iniciado um plano de ação que tinha diversos objetivos políticos, econômicos, científicos e estratégicos. Pode-se resumir que, no campo político de ação, pretendia-se ocupar território exercendo a soberania, e no campo econômico a importância estava na produção de 95% do óleo de baleia utilizado no mundo, e um grande potencial foi estimado em minerais, como urânio e petróleo. No campo da ação científica, aumentou-se o interesse no valor dos recursos inexplorados e seu conhecimento, já no campo estratégico, destacou-se a importância do controle do Estreito de Drake (Pujato, 1954).

A partir do ano de 1954, o quebra-gelo ARA "*General San Martín*" é incorporado, sendo o primeiro na América do Sul do seu tipo, conseguindo assim operar no Mar de Wedell, aumentando a capacidade logística e influência do país no continente.

No contexto da Guerra Fria (1947-1991), as superpotências começam a olhar atentamente para esta região do planeta aumentando suas expedições. A URSS e os EUA procuraram posicionar suas bases em lugares estratégicos, gerando influência sobre outros

¹⁵ Decreto N°9905/48.

¹⁶ Major General Hernán Pujato, oficial do Exército Argentino, explorador antártico, precursor do plano antártico do Exército. Ele estabeleceu as bases para obter um quebra-gelo, construir bases permanentes, e criar uma agência para reunir toda a atividade antártica.

¹⁷ Decreto N° 7338/51.

países com interesses na região. (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

Em 1965, Coronel Leal (1921-2017)¹⁸ chega ao Polo Sul, constituindo-se num marco histórico. A década de 1970 traz inúmeros fatos marcantes, como o nascimento da primeira criança argentina na Antártica, mais precisamente na base "*Esperanza*", cumprindo um dos preceitos do Coronel Pujato:

Os argentinos que puseram os pés naquela região do país contribuirão para sustentar e reforçar nossa soberania, e quando digo argentinos envolvo especialmente as argentinas, que sempre nos deram sinais de abnegação patriótica ... naquelas regiões. Essas crianças serão os maiores títulos de nossos direitos.¹⁹

Além disso, esta década, destacou-se pela incorporação de navios logísticos e de pesquisa, ocorrendo em 1978 a incorporação do quebra-gelo ARA "*Almirante Irizar*", mantendo mais uma vez a liderança regional (FIGURA 3).

A partir daí, e até hoje, a presença argentina é desenvolvida continuamente, favorecendo a cooperação internacional e demonstrando a importância estratégica que este continente tem para os interesses da Argentina. Portanto, em conformidade com a política de Estado imposta, mantém ininterruptamente através das Campanhas Antárticas de Verão (CAV) seis bases permanentes e sete temporárias (operacionais no verão), além de manter as comunicações aéreas ao longo do ano a partir da *Base Antártica Conjunta Marambio*²⁰.

¹⁸ Coronel Jorge Edgar Leal, oficial argentino e explorador polar pertencente ao Exército. Fundou a Base Esperanza e executou a "*Operación 90*", a primeira expedição terrestre da Argentina ao Polo Sul. Publicou um livro com detalhes de sua expedição e cartografia de sua expedição.

¹⁹ Original em espanhol "...contribuirán a sostener y reforzar nuestra soberanía los argentinos que pongan sus pies en esa región de la Patria, y al decir argentinos involucro especialmente a las argentinas, que siempre nos dieron muestras de abnegación patriótica... que en fecha cercana haya argentinos nacidos en esas regiones. Esos niños serán los más grandes títulos de nuestros derechos", disse em uma conferência no Instituto Antártico Argentino em 1952, após a fundação da base "*Esperanza*". Tradução do autor. Disponível em: <https://www.lagazeta.com.ar/pujato_hernan.htm>. Acesso em: 10 maio 2021.

²⁰ Base científica e militar inaugurada em 1969 na Ilha Seymour. Possui duas pistas operáveis durante todo o ano, uma de 1200/40 metros e outra de 1600/30 metros, adequada para aeronaves de grande porte, como a C-130 Hércules ou F-28. Tem uma aeronave DHC-6 TWIN OTTER e helicópteros B-212/412 ou Mi-17 durante a temporada de verão.

Neste contexto de cooperação, a *Patrulla Antártica Naval Combinada* (PANC)²¹, operação combinada entre a Marinha da Argentina e a Marinha chilena contribui para a salvaguarda da vida humana no mar, cumprindo as disposições da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR em inglês) de 1979²² (Martin, 2013). Como exemplo da atuação da PANC, a operação “*Cruz del Sur*”²³ foi executada em 2002, quando o quebra-gelo “*Almirante Irizar*” prestou assistência, abastecimento e ajuda médica ao navio logístico alemão “*Magdalena Oldendorff*”, que estava preso no gelo (FIGURA 4).

Mantendo a liderança regional, durante o ano 2021²⁴ em reuniões bilaterais, foram analisadas ações com a República do Chile para a Península Antártica em relação à proposta apresentada pelos dois países para instituir uma Área Marinha Protegida (AMP) na região.

Face ao exposto, é possível observar que a Argentina ostenta 116 anos de permanência ininterrupta na região, o que gera grande prestígio e influência em fóruns científicos internacionais. Sua proximidade geográfica com a Antártica favorece tanto logisticamente para atender seus interesses, como para prestar seus serviços ao restante da comunidade antártica. Mais de um século de história gerou para a Argentina uma simbiose com a Antártica, demonstrada no grau de pertencimento e identificação de seu povo e nas ações realizadas ao longo do tempo.

²¹ Iniciada em 1998, atua com uma unidade naval mantida na Antártica e outra no continente (Punta Arenas ou Ushuaia). Sua tarefa é realizar atividades e exercícios de busca, resgate, resgate marítimo, controle e combate à poluição fortalecendo a ação combinada.

²² A convenção foi concluída em Hamburgo, na Alemanha, com o objetivo de desenvolver um plano internacional de busca e salvamento que deve ser coordenado por uma organização de busca e salvamento e, quando necessário, através da cooperação de outras agências vizinhas.

²³ A operação de resgate realizada pela Marinha argentina, começou em 25 de junho e terminou em 18 de agosto. Esta operação de resgate sem precedentes possibilitou que a “*Magdalena Oldendorff*” suportasse o inverno antártico e esperasse o verão se libertar do gelo. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/noticias/operacion-cruz-del-sur-18-anos-del-rescate-del-magdalena-oldendorff>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

²⁴ Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

3.1 A situação no Atlântico Sul

Normalmente, quando a situação na Antártica é discutida, não é feita referência à situação geral no Atlântico Sul, ou seja, a Questão Antártica é tratada isoladamente da Questão das Malvinas. Porém, essas questões extremamente complexas afetam diretamente a Argentina e estão relacionadas, marcando em fases sucessivas de sua história, as estratégias de influência para alcançar seus fins.

Nestas duas questões, a Argentina encontra-se envolvida em disputas com o RU. A primeira e ainda não resolvida é para a soberania das Ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul, a outra, com um *status quo* aplicado no âmbito do TA, é para o setor antártico, uma vez que ambas as reivindicações estão sobrepostas.

Para que seja apresentada a questão e seja entendida a influência que ela tem sobre o meio ambiente, é necessário realizar um levantamento dos fatos mais relevantes, que são fundamentais para a contextualização do problema e sua relação.

A Argentina reivindicou a soberania sobre as referidas ilhas, mantendo, como sua principal base, a aplicação do princípio do direito internacional *uti possidetis iuris*, reconhecido pelo Corte Internacional de Justiça (ICJ) e aplicado para estabelecer as fronteiras dos novos Estados que emergiram dos processos de descolonização da América Latina, África e Ásia. De acordo com o princípio, o novo Estado decorrente de um processo de independência mantém o território ocupado pelo poder colonial do qual se torna independente.

Neste caso, a Espanha tinha efetivamente ocupado as Ilhas Malvinas do século XVII até o ano de 1810. Em outras palavras, baseia-se no direito internacional e na legitimidade, uma das fontes de *soft power*.

De 1810 a 1829, a Argentina realizou vários atos demonstrando soberania e exercendo seu direito. Em 10 de junho de 1829, foi criado o *Comando Político y Militar de las Islas Malvinas*, que produziu um protesto formal pelo RU e, em 1833, um navio pertencente à

Coroa Britânica realizou a ocupação do território à força, expulsando os habitantes que estavam na ilha. Esse fato provocou a reação da Argentina, que elevou seu protesto às organizações internacionais sem grandes resultados.

Em 1964, o RU apresentou legalmente sua reivindicação à questão no Subcomitê III do Comitê Especial das Nações Unidas (C-24) ²⁵, no qual alegou que a ocupação pacífica, eficaz e contínua das ilhas por quase 150 anos havia gerado soberania e a prescrição de outras reivindicações²⁶.

Em 1965, a ONU promulgou a Resolução 2065 (XX) ²⁷, convidando ambas as partes a realizar negociações visando a superação do conflito, a fim de chegar a uma solução pacífica para a disputa, tendo em conta os interesses dos ilhéus.

Na década de 1970, a Argentina iniciou uma política de cooperação, uma estratégia de cooptação (*soft power*) com as ilhas, que melhorou o bem-estar da população. Durante essa década, inúmeros recursos foram investidos, gerando uma estreita relação entre os ilhéus e o povo argentino. As ilhas receberam assistência médica, combustível através da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), voos regulares de transporte pela *Líneas Aéreas del Estado* (LADE), e bolsas de estudo para educação no continente para crianças, entre outras ações.

Após a implementação desta política por dez anos, ela começou a produzir resultados e uma proposta de arrendamento foi obtida entre 1980/1981, que incluiu o reconhecimento da soberania e um arrendamento em favor do RU por período a ser determinado (Cisneros, 2013). A proposta permaneceu sem resposta e foi perdida devido à instabilidade

²⁵Comitê encarregado de examinar situação no que diz respeito à Implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais". Disponível em: <<https://www.un.org/dppa/decolonization/es/c24/about>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

²⁶Discurso do representante britânico na ONU em 16 de setembro de 1964. Disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/documents-EN> . Acesso em: 10 jun. 2021.

²⁷ Resolução 2065 (XX). Disponível em: <[https://undocs.org/es/a/res/2065\(XX\)](https://undocs.org/es/a/res/2065(XX))>. Acesso em: 05 jun. 2021.

política na Argentina. Então, em 1982, o conflito armado ocorreu e a Argentina perdeu todo o progresso que tinha feito. Esse fato tem resultados diferentes dependendo do ator analisado, mas, em suma, causou a queda de um governo e o retorno à democracia para a Argentina e o aumento da popularidade e um novo mandato para o governo no RU, com o qual as estratégias foram inevitavelmente alteradas.

Sucessivos governos argentinos começaram a reconstruir as relações diplomáticas e, a partir de 1989, tentaram combinar isso com a reivindicação internacional na ONU. Dessa forma, os dois lados trataram de questões de cooperação fora da questão da soberania. Assim, nesse período, o comércio aumentou e pensava-se em uma coadministração e no acesso dos argentinos às ilhas. Em outro nível, em 1994, a Constituição Nacional Argentina²⁸ foi alterada, para incluir um parágrafo referente à natureza inalienável da reivindicação de soberania das ilhas. Pode-se verificar assim os diferentes recursos aplicados em uma estratégia de *soft power*.

Após 14 anos dessa política, em 2005, o governo argentino estimulou a redução das relações bilaterais e da cooperação, perdendo-se o progresso favorável alcançado nesse sentido para ambos os atores.

Todas as políticas perseguidas obtiveram alguns resultados, mas estes não foram contínuos e favoreceram a posição do RU no Atlântico, atrasando a resolução da questão e dando tempo para que obtenha mais recursos e, assim, garanta a projeção de suas reivindicações para a Antártica, pois o RU precisa das ilhas em questão para legitimar essas reivindicações territoriais. Se somarmos a isso os recursos vivos e não vivos da plataforma marítima e continental envolvida, podemos inferir o alto nível de interesse que esse ator tem na região e a influência que exerce em suas políticas, afetando principalmente a Argentina, reduzindo sua influência na Antártica.

²⁸Disponível em: <<https://www.congreso.gob.ar/constitucionDispTransitorias.php>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Aplicando recursos legais, um dos pilares do *soft power*, a Argentina acrescenta um novo elemento à Questão, a extensão da plataforma continental para além de 200 MN. Em 2009, os documentos para a extensão de sua plataforma continental foram submetidos à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental (CLPC)²⁹, conforme previsto pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM)³⁰. As áreas apresentadas incluíam os territórios das Ilhas Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, ilhas subantárticas e uma porção da Antártica, chamada território antártico argentino.

Em 2017, a CLPC³¹ aprovou recomendações para todos os pontos do limite externo da plataforma continental argentina, exceto para aquelas áreas sujeitas a uma disputa de soberania com o RU, bem como o setor que é regido pelo Tratado Antártico (FIGURA 5).

No que diz respeito à apresentação feita pelo RU nos territórios insulares, uma vez que não se submeteu áreas relativas à Antártica, reservando-se o direito de fazê-lo sempre que bem entender, a Comissão decidiu não analisá-los porque há uma disputa.

As políticas do RU influenciam áreas marítimas e antárticas comuns aos países da região. Esses espaços estão contidos na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)³², que visa impedir que atores com interesses ilegítimos atuem na região. Nesse sentido, o RU está presente nesse ambiente e não está incluído nessa zona de cooperação, o que de fato representaria uma presença ilegítima na região.

Essa influência pode aumentar sua intensidade, afetando assim a cooperação regional e levando a um enfraquecimento das relações multilaterais regionais com interesses comuns na Antártica. As causas que podem afetar a cooperação podem ser variadas, e algumas

²⁹ Órgão técnico criado pela ONU sobre o Direito do Mar (CNUDM) para normatizar da plataforma continental para 350 MN.

³⁰ Parte VI artigos 76 a 85.

³¹ Disponível em: <<http://www.plataformaargentina.gov.ar/>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

³² Uma área criada em 1986 pela Resolução 41/11 da ONU em resposta à iniciativa brasileira de promover a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática e manter a paz na região. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/simposiozopacas/pt-br/node/39>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

delas estão ocorrendo atualmente, como o apoio prestado pelos países da região a embarcações turísticas e logísticas e voos comerciais que ligam as ilhas ou a frotas pesqueiras com licenças concedidas por sua administração.

O poder de influência da Argentina não é comparável ao do RU, que tem a posição de N° 3 do ranking³³ de *soft power*. É um ator extra-regional no Atlântico Sul mantendo uma posição de vantagem em relação à Argentina e aos outros países com interesses na região, atuando multilateralmente com diversos recursos, como a cooperação antártica e a diplomacia. Nesse sentido, temos o exemplo do Chile que realiza pesquisas a bordo do RSS "*Sir David Attenborough*" que está registrado sob a bandeira do governo das Ilhas Malvinas, resultando em um enfraquecimento da posição argentina e um fortalecimento da posição do RU (Arguello, 2019).

A complexidade da Questão das Malvinas é de magnitude e afeta diretamente a Argentina. As políticas aplicadas à questão reagem colateralmente às políticas antárticas, onde não há cooperação fluida entre os dois atores. Cabe mencionar que em 2018 foram assinados acordos de ações conjuntas no campo científico, mas em 2020 o Poder Legislativo³⁴ solicitou sua anulação por considerá-las contrárias ao interesse nacional.

As Malvinas estão intimamente ligadas às políticas aplicadas à Antártica. Ao longo da história, a Argentina aplicou o poder de diferentes formas neste assunto, dependendo do regime político em exercício. Isso determinou o ambiente desenvolvido no âmbito das políticas antárticas, onde o RU é um grande ator em suas decisões. Deve-se lembrar que este país bloqueou, até 2001, a aprovação da cidade de Buenos Aires como sede da Secretaria do Tratado

³³Disponível em: <<https://brandirectory.com/globalsoftpower/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

³⁴Disponível em: <<https://www.hcdn.gob.ar/proyectos/textoCompleto>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

Antártico³⁵, coincidindo com um período de melhorias nas relações bilaterais para a Questão Malvinas.

Face ao exposto, observa-se que para a Argentina, as duas questões estão ligadas e geram influência entre si, onde os meios a serem aplicados devem articular todos os recursos à sua disposição para alcançar seus objetivos. Nesse sentido, a Argentina é mais fraca para aplicar *o soft power* e ganhar maior liberdade de ação nas questões antárticas. Para neutralizar isso e ganhar peso, deveria influenciar os países da região, utilizando interesses comuns, formando um bloco de tomada de decisão coerente com seu peso internacional.

3.2 Tratado Antártico

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e no âmbito da Guerra Fria (1947-1991) continuaram a se desenvolver por muitos países, expedições de natureza nacionalista à Antártica, que tinham o objetivo de estabelecer precedência para reivindicar território e exercer soberania futura.

Assim, em 1950, sete países haviam apresentado reivindicações de territorialidade: Argentina, Austrália, Chile, França, RU, Noruega e Nova Zelândia. Algumas dessas reivindicações têm conflitos, pois apresentam sobreposições. Este é o caso da reivindicação da Argentina que se sobrepõe à do RU em sua totalidade e à do Chile parcialmente, e esta sobreposta parcialmente à da Argentina e à do RU (FIGURA 6).

Na década de 1950 foi planejado desenvolver o Terceiro Ano Polar Internacional³⁶ onde a ênfase do estudo estava na atmosfera superior, mas, finalmente, decidiu-se renomeá-lo como Ano Geofísico Internacional (AGI). Mais de 70 países realizaram múltiplas pesquisas

³⁵Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/comunicados/buenos-aires-fue-confirmada-oficialmente-como-la-sede-permanente-del-tratado>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

³⁶ Primeiro Ano Polar Internacional (1881-1884), onde foram realizadas pesquisas astronômicas, meteorológicas e geofísicas. Segundo Ano Polar Internacional (1932 a 1933) iniciando pesquisas multinacionais em larga escala.

entre 1957 e 1958. Para alcançar esse objetivo científico, onze países (Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, RU e URSS) concordaram em não colocar os interesses territoriais em primeiro lugar e estabeleceram uma série de regras que incluíam a cooperação de várias maneiras, como o compartilhamento de infraestrutura, pessoal, logística e dados obtidos (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

Após esse período e vendo o sucesso obtido na área científica, diferentes países começaram a analisar uma cooperação mais fluida e sob um contexto regulado. Nesse sentido e antes disso, destaca-se a proposta feita pelo Chile em 1948, que havia sido analisada até 1953 sem ter consenso, mas que foi fundamental para o nascimento do tratado.

Neste contexto, os EUA vislumbraram uma oportunidade de diminuir a influência da URSS na região, atuando através da diplomacia científica e convocando a Conferência Antártica em 1959. Ao final, em 1º de dezembro daquele ano, o Tratado Antártico (TA) foi assinado por doze países³⁷ entrando em vigor em 1961. Este é o mais alto órgão político e administrativo com poder de decisão sobre questões antárticas (Fundación Marambio, 2021).

O objetivo deste Tratado é zelar pela utilização da Antártica exclusivamente para fins pacíficos, proibindo toda a atividade militar e testes de qualquer tipo de armas, estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas que beneficiem a humanidade e manter o *status quo* no que diz respeito aos direitos e reivindicações territoriais durante o mandato do Tratado. Dessa forma, foi criado um método para abordar as questões da região entre os países membros, que é permanente e formalizada por meio de reuniões anuais denominadas "Reuniões Consultivas" (Antártico, Tratado, 2021).

Assim, a ciência e a pesquisa científica tornaram-se um meio de manter a paz em um cenário, no qual, ameaçava se tornar um futuro campo de testes nucleares e conflitos

³⁷ Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, URSS, RU e EUA.

territoriais. Além disso, a proteção e conservação dos recursos vivos da região começou a ser analisada, e assim, os protocolos que tratam o assunto foram posteriormente anexados ao Tratado.

No contexto da Guerra Fria, isso marcou um marco nas relações internacionais. Aqui observa-se a prática da teoria idealista onde, através das relações de cooperação e da busca de um bem comum, foi alcançada uma solução sobre uma questão que afetou unanimemente os atores.

A partir da assinatura do Tratado, foram geradas normas associadas, instituições e instrumentos que, juntamente com o texto do TA, formaram o Sistema do Tratado Antártico (STA). Os instrumentos associados incluem três acordos: a Convenção sobre a Conservação das Focas Antárticas (CCFA), a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) e o Protocolo Ambiental do Tratado Antártico (Protocolo de Madri), do qual Argentina, Brasil e Chile são partes.

Dois eventos notáveis ocorreram em 1991. Primeiro, a assinatura do Protocolo de Madri, que proíbe a exploração de recursos minerais até 2048 e, segundo a prorrogação do TA até 2041, onde os países signatários enfatizaram a necessidade de proteção do meio ambiente.

Atualmente o TA tem 54 países signatários, dos quais 29 têm o *status* de membros consultivos, ou seja, participam do processo decisório, e o restante tem o *status* de membros não consultivos. Para ser um membro consultivo é necessário demonstrar interesse na Antártica, por meio da realização de atividades científicas relevantes, abertura de bases ou campanhas antárticas (Antártico, Tratado, 2021).

É evidente que o STA melhora o posicionamento dos países para influenciar e, neste quadro, a ação gerada pelo *soft power* como meio pode ser inferida. O uso adequado de recursos, como a diplomacia científica, por parte dos países com menor poder relativo no Sistema

Internacional, em comparação com as grandes potências, possibilita alcançar bons resultados e posicioná-los em lugares proeminentes no ambiente de tomada de decisão.

Trata-se de um caso claro, o exemplo da política brasileira em relação à região que com sua evolução e incremento de sua participação científica, determinou a incorporação do Brasil como membro consultivo a partir de 1983, aumentando seu espectro de influência.

Um evento de extrema importância para a Argentina e para o STA, foi a designação, em 2001, da cidade de Buenos Aires como sede permanente da Secretaria do Tratado Antártico (ATS)³⁸. Seu papel é auxiliar a Reunião Consultiva do Tratado Antártico (RCTA) e a Comissão de Proteção Ambiental (PA) no desempenho de suas funções, fortalecendo o TA. Para isso, compila, armazena e distribui as informações produzidas nas reuniões e facilita a troca de informações entre os membros do Tratado. (Secretaria del Tratado Antartico, 2021).

Este fato foi alcançado porque em 1990 a Argentina com o apoio do Chile, por meio da assinatura da "Declaração Conjunta sobre a Antártica", propôs sua candidatura para este fim, que foi aprovada em 2001 por todas as Partes Consultivas. Com base nessa conquista pode-se observar que a Argentina, utilizando sua história, as relações internacionais cooperativas e a contribuição com conquistas científicas para toda a comunidade, demonstrou sua influência ou *soft power*, impondo-se a outras potências.

A unanimidade nas decisões e a centralidade que as Partes Consultivas têm nestas (os 29 atores têm o mesmo peso), desempenham um papel decisivo na manutenção do equilíbrio do processo de tomada de decisão. Outro ponto forte do STA é a prática de inspeções de instalações entre os países participantes, o que não seria viável do ponto de vista da soberania. Portanto, o STA possui um mecanismo de controle aceitável para garantir o cumprimento dos compromissos que as partes assumiram em termos de paz e ciência.

³⁸Disponível em: <<https://ats.aq/s/secretariat.html>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Nesse sentido, as declarações de Paul Berkman, ex-diretor do Programa de Geopolítica do Oceano Ártico da Universidade de Cambridge (RU), feitas à agência EFE, de que, "o Tratado Antártico será um dia visto como a Carta Magna da diplomacia pacífica e da cooperação internacional "³⁹, contribuem para destacar ainda mais a importância do Tratado e da ciência como uma responsabilidade diplomática e global, que deixaram de lado as diferenças para lidar com questões relevantes para o futuro do planeta e da humanidade.

O futuro é volátil e complexo, e assim, o STA deve permanecer forte e estável para lidar com possíveis reivindicações, seja de atores estatais e/ou não estatais, que desejam explorar os recursos naturais do continente. Assim, terá que se adaptar, como tem feito até os dias atuais, para manter sua integridade e seus objetivos que foram, são e serão vitais para a humanidade.

3.3 Potencial antártico

Desde a assinatura do TA pode-se perceber uma evolução dos interesses dos Estados na região que acompanham o ambiente global. Durante o primeiro momento do STA (1961-1991) o valor conferido ao continente foi menos relevante. Ou seja, a importância fundamental do Tratado para a região foi a decisão de mantê-lo apenas para a ciência, excluindo-o do uso de armas nucleares e da militarização (Gamba, 2013).

No segundo momento (1992-2011), após a assinatura do Protocolo de Madri, a Antártica assumiu outra dimensão, onde o objetivo era evitar a exploração de recursos não renováveis. O interesse não era na proteção do meio ambiente global, mas apenas no que poderia acontecer na Antártica. Dessa forma, isso serviu para gerenciar o contexto global,

³⁹ "el Tratado de la Antártida será visto un día como la Carta Magna de la diplomacia pacífica y la cooperación internacional". Disponível em: < <https://www.ultimahora.com/>>. Tradução do autor. Acesso em: 18 jun. 2021.

envolto na incerteza internacional que nasceu com o fim da Guerra Fria, conseguindo manter a Antártica fora da área de competição internacional (Gamba, 2013).

O continente tem um grande valor geoestratégico de escopo global. Se reconhece sua excepcional importância como regulador do clima global e, portanto, também oferece uma janela para a história climática mundial. É um laboratório científico natural, que contém respostas aos processos ambientais globais. Tem 90% do gelo do mundo, que retém uma grande proporção da água doce do planeta. Seu mar é rico em vida marinha, e seus territórios possuem um alto potencial em riquezas minerais (Colacrai, 2013) ; (Pujato, 1954).

Mas a globalização levou mais países a aderirem ao STA, além do surgimento de outros atores não estatais na região, como grupos ambientais, empresas de turismo e logística privada, causando um impacto na forma de analisar a situação deste ambiente. O reconhecimento dos problemas transnacionais se concentrou no meio ambiente e como eles afetam diferentes países sem discriminação, tornam central a situação na Antártica. Atualmente a região tem um valor crítico, reconhecido internacionalmente e demonstrado por estudos que garantem, que se não protegidos e gerenciados de forma responsável, terá um impacto catastrófico sobre a humanidade (Gamba, 2013).

O aquecimento global afeta os polos fazendo com que eles comecem a derreter. Com relação à Antártica, a calota de gelo na periferia derrete enquanto, no centro, a massa de gelo aumenta em espessura. As previsões indicam que algumas regiões do leste do Brasil podem sofrer desastres contínuos e simultâneos, como secas, incêndios e enchentes. A Amazônia, um dos pulmões do planeta, não está fora de perigo e pode ser transformada em uma savana de acordo com um relatório da ONU⁴⁰.

⁴⁰ Disponível em: <<https://au.news.yahoo.com/crushing-climate-impacts-hit-sooner-010253060.html> >. Acesso em: 23 jun. 2021.

Mas o mundo está faminto por recursos naturais e para alguns países eles podem ser vitalmente importantes para sua sobrevivência. Antecipando esse futuro, vemos um aumento acentuado na busca de recursos pelas grandes potências, além do desenvolvimento de controle energético e políticas alimentares para sustentar o seu nível de desenvolvimento. No entanto, isso pode impactar na soberania e segurança de alguns dos Estados que seriam afetados pelas ações dos Estados mais desenvolvidos (Gamba, 2013).

Atualmente, uma das definições que abrange o maior espectro de segurança humana pode ser assumida como a seguinte:

A segurança humana é uma noção multidimensional que vai muito além da segurança do Estado. A segurança humana é ampla e inclui o direito de: a) participar plenamente no processo de governança, b) obter igualdade no desenvolvimento, c) ter igual acessibilidade aos recursos e às necessidades básicas da vida, d) proteger contra a pobreza, e) acesso aos serviços básicos os serviços sociais, como saúde e educação, e) protegem contra a marginalização e discriminação com base no gênero, ef) têm proteção contra desastres naturais e contra a degradação ambiental e ecológica. A estrutura de segurança humana visa proteger a segurança dos indivíduos, famílias, comunidades e do Estado em todas as suas dimensões econômicas, políticas e sociais (Gamba, 2013, pág. 265)⁴¹

Pode-se supor que a segurança humana integral em um escopo global gera pressão sobre questões que fazem o desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente, bem como a cooperação entre países ou regiões relacionadas, onde a Antártica e os espaços marítimos geram um atrativo de importância. Deve-se notar que a OTAN em seu Conceito Estratégico de 2010, incluiu a proteção e o cuidado do meio ambiente, dos recursos e da energia⁴².

⁴¹ Original em espanhol *“La seguridad humana es una noción multidimensional que va mucho más allá que la seguridad del estado. La seguridad humana es amplia e incluye el derecho de: a) participar plenamente en el proceso de gobernabilidad, b) obtener igualdad en el desarrollo, c) tener igualdad en la accesibilidad a los recursos y necesidades básicas de la vida, d) protegerse contra la pobreza, e) acceder a servicios sociales básicos, como, por ejemplo, la salud y la educación, e) protegerse contra la marginalización y discriminación basada en género, y f) contar con protección contra desastres naturales y contra la degradación ambiental y ecológica. El marco de referencia de la seguridad humana es proteger la seguridad de los individuos, familias, comunidades y del estado en todas sus dimensiones económicas, políticas y sociales”*. Tradução do autor.

⁴² Disponível em: https://www.nato.int/nato-welcome/index_es.html. Acesso em: 19 jun. 2021.

A proteção dos recursos neste território apoiado por um acordo entre Estados pode apresentar no momento, uma certa vulnerabilidade. Devem-se também ser analisadas as ações exercidas, de acordo com seus interesses, por atores não estatais (ONG). Pode-se ver como esses atores são integrados ao corpo diretivo da STA por meio de reuniões consultivas, onde são convidados a participar, como por exemplo, empresas com interesses comerciais, como sendo as nucleadas na Associação Internacional de Operadores Turísticos na Antártica (IAATO)⁴³.

O marco legal baseia-se unicamente no STA, que, até agora, tem sido funcional aos seus objetivos. Apenas os Estados, sendo sujeitos de direito, têm a responsabilidade e legitimidade para tomar decisões e exercer controle sobre eles. O século XXI levanta a necessidade de fortalecer o Sistema com algum mecanismo que vise manter o controle nas mãos dos Estados e, assim, tirar o poder dos atores não estatais.

A humanidade precisa da Antártica para sobreviver como faz agora, com seus espaços terrestres e recursos vivos. As mudanças climáticas emergiram na agenda dos Estados mais poderosos e estão gerando conscientização para o desenvolvimento sustentável. A tecnologia atual das potências desenvolvidas acompanha esse avanço, mas gera grande desigualdade entre outros Estados que não podem desenvolvê-los no mesmo nível. Por essa razão, é necessária uma ação colaborativa e cooperativa nesse sentido. (Vlasich, 2013).

A Antártica não só possui minerais e recursos vivos, como o krill⁴⁴ base de alimentação para cetáceos e pinguins e chave para o ecossistema antártico, mas também é o regulador das riquezas do Atlântico Sul e um reservatório natural de água doce. Suas correntes marítimas transportam alimentos para lulas (tipo illex) e pescada, entre outras, gerando grandes áreas de pesca e atraindo frotas pesqueiras de vários países, muitos dos quais executam a

⁴³ Disponível em: <<https://www.ats.aq/s/atcm.html>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

⁴⁴ Crustáceos pequenos semelhantes ao camarão com excelentes propriedades nutricionais por seu alto valor proteico.

atividade ilegal e predatória ⁴⁵. Além disso, a temperatura e o movimento de sua massa atmosférica regulam o clima mundial, impactando em grande escala no hemisfério sul.

Nesse contexto geopolítico, de crescente instabilidade global, seria aconselhável que os países da região com maior influência (Argentina, Brasil e Chile) aumentassem sua cooperação e unissem objetivos e, assim, atraíssem o restante dos países sul-americanos. Dessa forma, poderiam gerar um maior peso na tomada de decisões correspondentes para uma defesa de seus interesses e dos interesses globais.

Nesse sentido, a Argentina, com o horizonte imposto do ano de 2048, teria a oportunidade de desenhar com os atores da região, uma estratégia colaborativa e avançar com ela para fortalecer o atual Tratado com propostas conjuntas e integradas.

3.4 Política Antártica Argentina e Programa Antártico Nacional

A Política Antártica Argentina evoluiu ao longo da história. Podemos traçar a linha de partida a partir do ano de 1904 com a inauguração da estação científica "Orcadas", demonstrando a importância daquela região para a Argentina.

Mais tarde, na década de 1940, a exploração da região começou em maior escala, com recursos principalmente militares. Esse processo não correspondeu apenas à Argentina, mas foi replicado no restante dos países que iniciaram a exploração daquela região, estando os interesses focados principalmente na ocupação territorial.

Após a assinatura do TA e com este instrumento sendo o depositário das reivindicações soberanas dos Estados demandantes, a política antártica mudou sua abordagem, dando maior peso à pesquisa científica articulada pelas agências estatais. Assim, o *Instituto*

⁴⁵“O Atlântico Sul está entre as regiões com maior pesca ilegal do planeta”. Disponível em: <<https://milkoschvartzman.wordpress.com/2017/03/06/el-atlantico-sur-entre-las-regiones-de-mayor-pesca-ilegal-del-planeta/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Antártico Argentino (IAA) foi criado em 1951 e, em 1969, pela Lei Nº 18.513⁴⁶, a *Dirección Nacional del Antártico* (DNA) no âmbito do Ministério da Defesa (MINDEF). A partir daí, a IAA tornou-se parte dela como um corpo científico (Fundación Marambio, 2021).

Na década que se estendeu entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, devido ao ambiente global e regional, percebeu-se um ambiente conflituoso e competitivo no qual o poder militar era predominante. Por essa razão, foram geradas respostas geopolíticas com foco no controle do espaço na Antártica. Segundo alguns autores, a política antártica aqui tinha um "duplo padrão", por um lado, o pertencimento a um regime de equilíbrio funcional foi mantido e, por outro, foram executadas ações de natureza territorial (Colacrai, 2013).

No decorrer de 1990, o Ministério das Relações Exteriores (MINREX) propôs uma revisão da política antártica em todos os seus aspectos. Em 5 de novembro de 1990, o trabalho foi concluído e a nova política foi definida com base no objetivo principal de "fortalecer os direitos de soberania da Argentina na região"⁴⁷. Com base nesse objetivo principal, buscou-se trabalhar no fortalecimento do TA e o desenvolvimento da capacidade de exercer maior influência no processo de tomada de decisão. (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021).

O aumento da pesquisa científica, do conhecimento e da capacidade de prestação de serviços foi estabelecido como critério norteador. Algumas das prioridades estabelecidas foram o desenvolvimento de tecnologias específicas para a Antártica, a segurança da navegação marítima e aérea, a prevenção e solução de contingências ecológicas, o conhecimento dos recursos de mineração e pesca e o turismo, entre outros. Nele vemos uma mudança para o

⁴⁶ "Lei Antártica", estabelece as bases legais, orgânicas e de planejamento, a programação, a direção e o controle da atividade antártica. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-18513-63921>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁴⁷ Decreto Nº 2313/90. Disponível em:< <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-2316-1990-4774/normas-modificadas>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

cuidado do meio ambiente particularmente relacionado ao aquecimento global e sua influência no continente e na proteção dos recursos (Vlasich, 2013).

O desenvolvimento de uma maior atividade científica, cooperação e intercâmbio com o restante dos países antárticos, a oferta de colaboração com vários Estados que estavam aderindo à pesquisa e uma abertura especial para os países latino-americanos foram sinais de relevância desta nova política (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 2021). Nesse sentido, destaca-se a criação do fórum referente às Reuniões de Administradores dos Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL)⁴⁸, que desde 1988 vem sendo desenvolvida continuamente.

Esta política também abordou a questão da melhoria da infraestrutura portuária, principalmente em Ushuaia, para prestar serviços a outros países, sendo um fator de força a proximidade com a Península Antártica. Lembre-se que esses serviços também são oferecidos pelo Chile a partir de Punta Arenas e pelo RU nas Ilhas Malvinas. Este último planeja a construção a partir do ano de 2022 de um novo porto com maior capacidade, tanto para a logística e a pesca antártica, reafirmando assim a projeção antártica e seus interesses⁴⁹.

Nesse sentido, o Estado Argentino, viu seus projetos praticamente paralisados por vários fatores, principalmente econômicos. Somente este ano, o governo da Província da Terra do Fogo e o Governo Federal anunciaram o início da construção do Polo Logístico Antártico⁵⁰, um projeto que se arrastou por mais de 30 anos. Possivelmente foi uma reação ao que foi anunciado pelo RU, e agora é de se esperar que este projeto tão necessário para continuar

⁴⁸Este fórum é composto pelos países da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Equador e Peru. Sua função é promover a cooperação e o apoio mútuo, aumentar e fortalecer a presença e os interesses comuns dos países latino-americanos na área do Tratado Antártico, coordenar ações e contribuir para a proteção do meio ambiente. Disponível em: < <http://www.rapal.org.ar/INFRAL.HTM> >. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁴⁹Disponível em: <<https://revistapuerto.com.ar/2020/02/las-islas-malvinas-tendran-su-puerto-de-aguas-profundas/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵⁰ Disponível em: < <https://www.dpp.gob.ar/web/tag/polo-logistico-antartico/> >. Acesso em: 21 jun. 2021.

mantendo a liderança nos serviços antárticos se materialize. Isso demonstrou a perda de um tempo muito valioso e não recuperável.

A Argentina vem se consolidando em questões científicas, devido à sua qualidade e importância, posicionando-se tanto como beneficiária quanto como provedora de programas de pesquisa. Um exemplo claro disso é o programa Pequenos Satélites⁵¹, onde a IAA fez parceria com a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE), a Universidade de San Martín e o Departamento de Tecnologia Espacial da Universidade de Berlim (TUB) com o objetivo de desenvolver satélites e uma estação terrestre na Antártica para obter dados fornecidos por satélites localizados em órbitas baixas, sendo uma tecnologia inovadora nessa área.

Dessa forma, pode-se perceber que foi mantida uma política de Estado que evoluiu de acordo com as necessidades locais e globais. É por isso que a partir do ano de 2003⁵², a DNA e o IAA se tornam dependentes do MINREX, demonstrando a importância da política antártica no nível das Relações Exteriores (diplomacia científica). Com essa reestruturação, a MINDEF mantém a tarefa de prover o apoio logístico da atividade científica.

Nesse sentido, em 2018, foi criado o Comando Conjunto Antártico (COCOANTAR)⁵³ no âmbito do Estado-Maior Conjunto (EMCO) composto pelos componentes terrestres, navais e aéreos, a partir de 2018. Este comando tem a tarefa de garantir a implantação, apoio logístico e desenvolvimento da atividade científica por meio das Campanhas Antárticas, a fim de contribuir para o cumprimento do Plano Anual Antártico, Científico, Técnico e de Serviços desenvolvido pelo DNA.

⁵¹ *Informe de Actividades de Pequeños Satélites* (DI54). RAPAL 31. Disponível em: <https://rapal31.cancilleria.gob.ar/userfiles/document/di54_pequenos_satelites_rapal_2020.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵² Decreto Nº 207/03. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=82293>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁵³ Decreto Nº 368/18. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/decreto_ndeg_368-18_-_constitucion_del_comando_conjunto_antartico_0.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Este comando passou de uma organização temporária para uma permanente destacando que “o significado da Política Antártica Nacional merece a disponibilidade de um elemento operacional que assuma de forma permanente e sem solução de continuidade, com unidade de concepção e esforço, a utilização de meios de apoio à atividade científica e logística na Antártica”⁵⁴.

Podemos concluir que a política antártica acompanhou as mudanças globais e regionais, adaptando-se para preservar os interesses do Estado, em princípio, e os interesses globais posteriormente, com uma política ativa destinada a garantir a permanência da Argentina na região. Enfatiza a cooperação dos Estados, incentivando os atores latino-americanos a gerar maior cooperação a fim de defender os interesses comuns.

Isso significa que deve ser apoiado com recursos orçamentários, que serão traduzidos em recursos logísticos, de infraestrutura e funcionais para garantir a continuidade da política antártica ao longo do tempo, seu aprofundamento e sustentação para as gerações futuras. A Política Antártica Argentina está agora no mais alto nível das relações exteriores, uma plataforma onde o *soft power* interage obtendo ações cooperativas. Para isso, é estrategicamente vital que a política acompanhe com suas decisões as ações tomadas para alcançar os fins desejados.

⁵⁴ Original em espanhol "*la trascendencia de la Política Nacional Antártica amerita la disponibilidad de un elemento operacional que asuma de manera permanente y sin solución de continuidad, con unidad de concepción y esfuerzo, el empleo de los medios en apoyo a la actividad científica y logística en la Antártica*". Decreto N°368/18. Tradução do autor.

4 CONCLUSÃO

Como foi possível observar ao longo do trabalho, analisando-se a situação na Antártica e no Atlântico Sul, pode-se perceber que a Argentina vê a aplicação de recursos para a região antártica reduzida por ser essa questão afetada por políticas sobre a questão das Malvinas.

O potencial e a importância da Antártica para a humanidade são inestimáveis, tanto nos recursos naturais quanto, criticamente, no equilíbrio climático do planeta. Vários estudos globais realizados especificamente na Antártica afirmam que o progresso está sendo feito a uma taxa mais rápida do que o previsto, o que influi no aquecimento global. Eles determinam um alto perigo para as diferentes regiões do planeta e, nesse sentido, o Cone Sul não está isento dele.

Com esse futuro, o contexto colaborativo proposto pelo TA gera uma ampla gama de oportunidades para a cooperação multilateral entre os países sul-americanos. A Argentina pode, então, usar o TA e a relação cooperativa com os países latino-americanos para aumentar seu *status* e, assim, estabelecer-se como líder nos assuntos antárticos.

Mas podemos nos fazer uma pergunta: a Argentina exerce *soft power* para influenciar o restante dos atores? Vimos que esse poder é gerado uma atração para "copiar" outro em suas conquistas. Observamos também que vastos e diferentes recursos intervêm para gerar esse poder, já que ciência, produção, tecnologia, conhecimento e turismo podem ser multiplicadores de poder.

No STA, o poder é exercido com uma maior participação em atividades de pesquisa e através de regulamentações que impedem ou limitam a exploração de recursos na Antártica. Para isso, o principal meio por excelência é a cooperação caracterizada pelo multilateralismo.

Nesse contexto, a diplomacia científica desempenha um papel de liderança na construção do poder e a Argentina tem esse recurso à sua disposição com um nível de excelência.

A Política Antártica Argentina evoluiu em seus mais de 100 anos de história acompanhando mudanças regionais e globais. Ser um dos doze países signatários originais do TA demonstra o nível de importância que a Antártica tem para a Argentina, além do fato de ser a sede permanente do Secretariado do Tratado Antártico o que demonstra um reconhecimento global de sua influência.

Mas o poder é buscado, criado e mantido. Os acontecimentos atuais mostram que, embora o progresso e o reconhecimento tenham sido feitos nesta área, sendo reconhecido como uma voz respeitada em fóruns internacionais, a busca dos objetivos da política tem sido relegada a um segundo plano, talvez pelas crises, principalmente econômicas, que afetaram e afetam a Argentina de forma cíclica e/ou pela visão tendenciosa de alguns dos tomadores de decisão nos diferentes níveis de poder.

Ao longo do trabalho foi visto que o potencial privilegiado da Argentina em relação à sua proximidade com a Antártica não foi aproveitado para a melhoria da infraestrutura, tanto portuária quanto aeroportuária, da cidade de Ushuaia. Isso proporcionou um tempo extremamente valioso para que outros atores regionais e não regionais começassem a se posicionar e se projetar nesse sentido.

Se essa decisão estratégica tivesse sido tomada na época correta, os serviços logísticos oferecidos a outros atores antárticos teriam sido aumentados, bem como a expansão dos recursos turísticos na área. Não podemos esquecer que a IAATO⁵⁵ (cujo secretário alterna entre os EUA e o RU) é uma parte convidada das reuniões da TA sobre questões de turismo sustentável.

⁵⁵ Disponível em: <<https://iaato.org/about-iaato/the-antarctic-treaty/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

As relações internacionais são geradoras de poder, e a Argentina reconheceu isso em algumas fases de sua história, para usá-las e gerar atração e influência para a realização de seus interesses. Um exemplo disso foi a Resolução 2065 (XX) da ONU sobre a descolonização, onde foram introduzidos diferentes parágrafos de vital importância para o exercício do direito de reclamação, na questão da Malvinas. No que diz respeito à política antártica, mantém um perfil de exposição média que deve ser revertido se não quiser perder espaço de poder em fóruns internacionais.

A Argentina manteve uma política de Estado sobre a extensão da plataforma continental, conforme exigido pela CNUDM, que inclui as Ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul, bem como a região antártica. Esse fato demonstra a importância estratégica dessas regiões para seus interesses, onde recursos foram alocados por mais de 24 anos para a coleta, estudo e análise dos dados. Essa capacidade, e o fato de ter sido apresentada à ONU com seu reconhecimento subsequente, gera uma influência de legitimidade.

Esse seria o momento certo para usar alianças e estratégias comuns como mais um elemento de *soft power* dentro do jogo mais puro do realismo político. Nesse sentido, a proteção do ambiente antártico contra as mudanças climáticas poderia desenvolver a sinergia necessária com o objetivo de gerar um bloco sul-americano de países referentes a questões específicas e alto peso internacional.

Podemos concluir que a Argentina, ao longo de sua história, posicionou-se e gerou *soft power* utilizando-a para alcançar seus objetivos, tendo como exemplos a assinatura do TA, a escolha como sede da Secretaria do Tratado Antártico, a Resolução 2065 (XX), a criação da PANC, entre outras. A evolução do mundo e sua rapidez de mudança determinam um alto requisito de adaptação em suas relações internacionais para continuar influenciando. Seria o momento de as ações do Estado Argentino nesse ambiente começarem a ser mais eficazes, com vistas ao ano de 2048, onde o uso de todos os recursos disponíveis deve ser aumentado, se de

fato, quer permanecer como referência regional e consagrar-se como líder internacional em questões antárticas.

REFERÊNCIAS

- Antártico, Tratado. *Argentina.gob.ar*. Disponível em: Tratado Antártico, <<https://www.argentina.gob.ar/armada/antartida/tratado-antartico>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- Arguello, J. (16 de diciembre de 2019). *Embajada Abierta*. Disponível em: <<https://www.embajadaabierta.org>>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- Cisneros, A. (2013). Antártida y Malvinas. Un mismo conflicto? *Boletín del Centro Naval*. N° 836, 277-286. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- Colacrai, M. (2013). La Política Antártica Argentina y su Compromiso con el Tratado Antártico. *Boletín del Centro Naval* N° 836, 267-276. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- DDP, P. (25 de abril de 2021). *Dirección Provincial de Puertos. Tierra del Fuego. Argentina*. Disponível em: <<https://www.dpp.gob.ar>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- Fernandez, K. (19 de feb de 2020). *revistapuerto.com.ar*. Disponível em: <<https://revistapuerto.com.ar>>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- Fundación Marambio. Disponível em: <<http://marambio.aq>>. Acesso em: 10 maio 2021.
- Gamba, V. (2013). Reflexiones Sobre el Valor Geoestratégico de la Antártida en el Siglo XXI. *Boletín del Centro Naval*. N° 836, 259-266. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- GLOBAL SOFT POWER INDEX. Disponível em: Brand finance Brandirectory: <<https://brandirectory.com/globalsoftpower/>>. Acesso em: 18 maio 2021.
- IAATO. Disponível em: <<https://iaato.org/about-iaato>>. Acesso em: 23 jun.2021.
- Joseph S. Nye, J. (2004). *Soft Power. The means to success in world politics*. New York: Public Affairs.
- Leite, P. S. (2013). El Programa Antártico Brasileño (PROANTAR) rumbo a 2042. *Boletín del Centro Naval* N° 836, 231-234. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai. 2021.
- Marlowe Hood, Patrick Galey, Kelly Macnamara. Disponível em: Yahoo news: <<https://au.news.yahoo.com>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- Martin, D. A. (2013). Búsqueda y rescate en la Antártida. Patrulla Antártica Naval Combinada. *Boletín del Centro Naval* N° 836, 209-214. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai.2021
- Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/argentina-y-chile-avanzan-en-la-coordinacion-de-politicas-antarticas>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *Comisión Nacional del Antártico*. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar>>. Acesso em: 10 maio 2021.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. Disponível em: <<https://www.nato.int/>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Poder Ejecutivo Nacional. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Pujato, C. H. (1954). *Expedición Científica a la Antártida. Sus actividades y resultados*. Buenos Aires: Instituto Antártico Argentino. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/instituto-antartico-argentino>>. Acesso em: 16 maio 2021.

Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos. Disponível em: <<http://www.rapal.org.ar>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

Schvartzman, M. (17 de marzo de 2017). *El Atlantico Sur, entre las regiones de mayor pesca ilegal del planeta*. Disponível em: <<https://milkoschvartzman.wordpress.com>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

Secretaria del Tratado Antártico. Disponível em: <https://ats.aq/index_s.html>. Acesso em: 17 jun. 2021.

Vlasich, V. (2013). Institucionalización de la Actividad Antártica Argentina: visión de corto y mediano plazo del Programa Antártico Argentino. *Boletín del Centro Naval* N° 836, 177-182. Disponível em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/bcn836.html>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ILUSTRAÇÕES

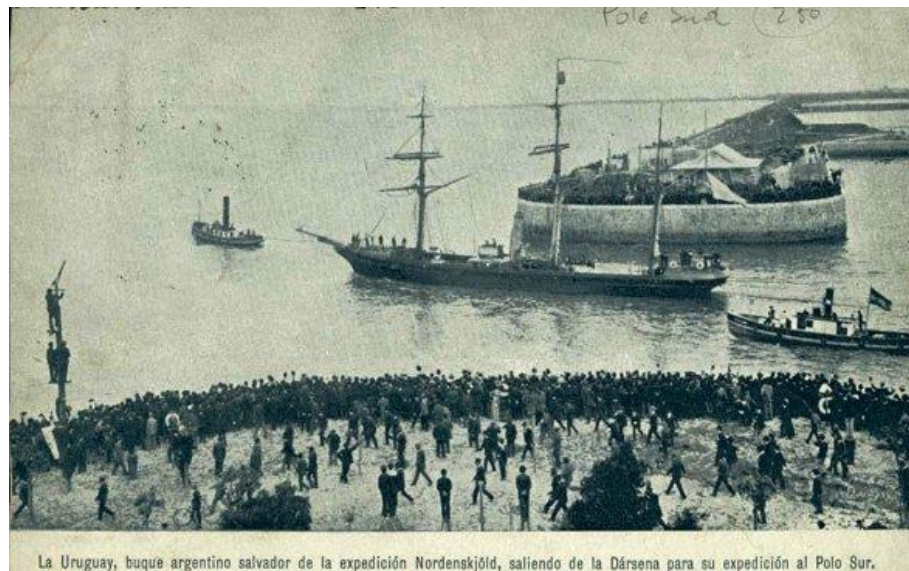


FIGURA 1. O navio ARA “Uruguay” partindo para a Antártica.

Fonte: *Armada Argentina*. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/noticias/la-hazana-antartica-de-la-corbeta-ara-uruguay>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

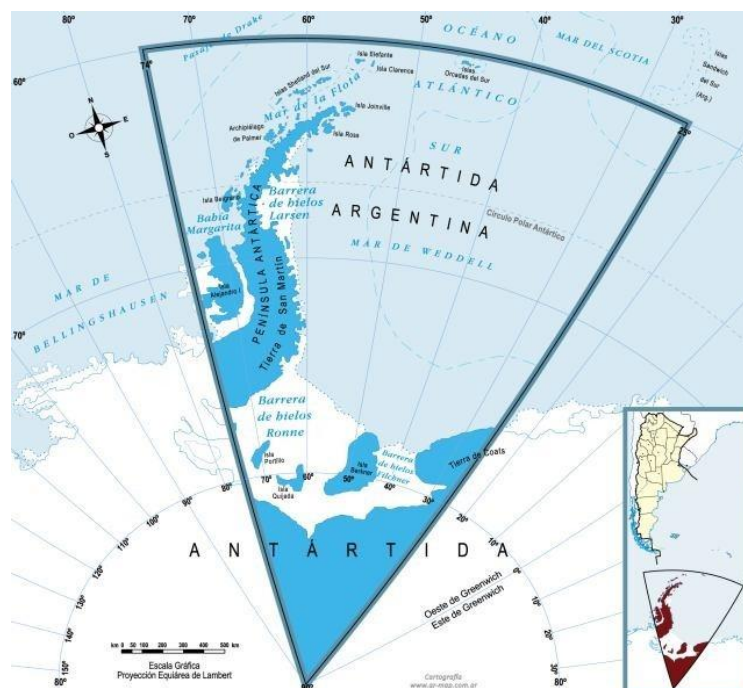


FIGURA 2. Antártica Argentina.

Fonte: *Revisionistas*. Disponível em: < Blog Archive » Antártida Argentina (revisionistas.com.ar) >. Acesso em: 20 jun. 2021.



FIGURA 3. Quebra-gelo ARA "Almirante Irizar" e helicóptero Sea King.

Fonte: *Armada Argentina*. Disponível em: <<https://www.fuerzas-armadas.mil.ar/Noticias-antartida-argentina.aspx>>. Acesso em: 22 jun. 2021.



FIGURA 4. Resgate da "Magdalena Oldendorff"

Fonte: *Gaceta Marinera*. Disponível em: <https://gacetamarinera.com.ar/especiales/operacion-cruz-del-sur-a-18-anos-del-rescate-del-magdalena-oldendorff/>. Acesso em: 22 jun.2021.

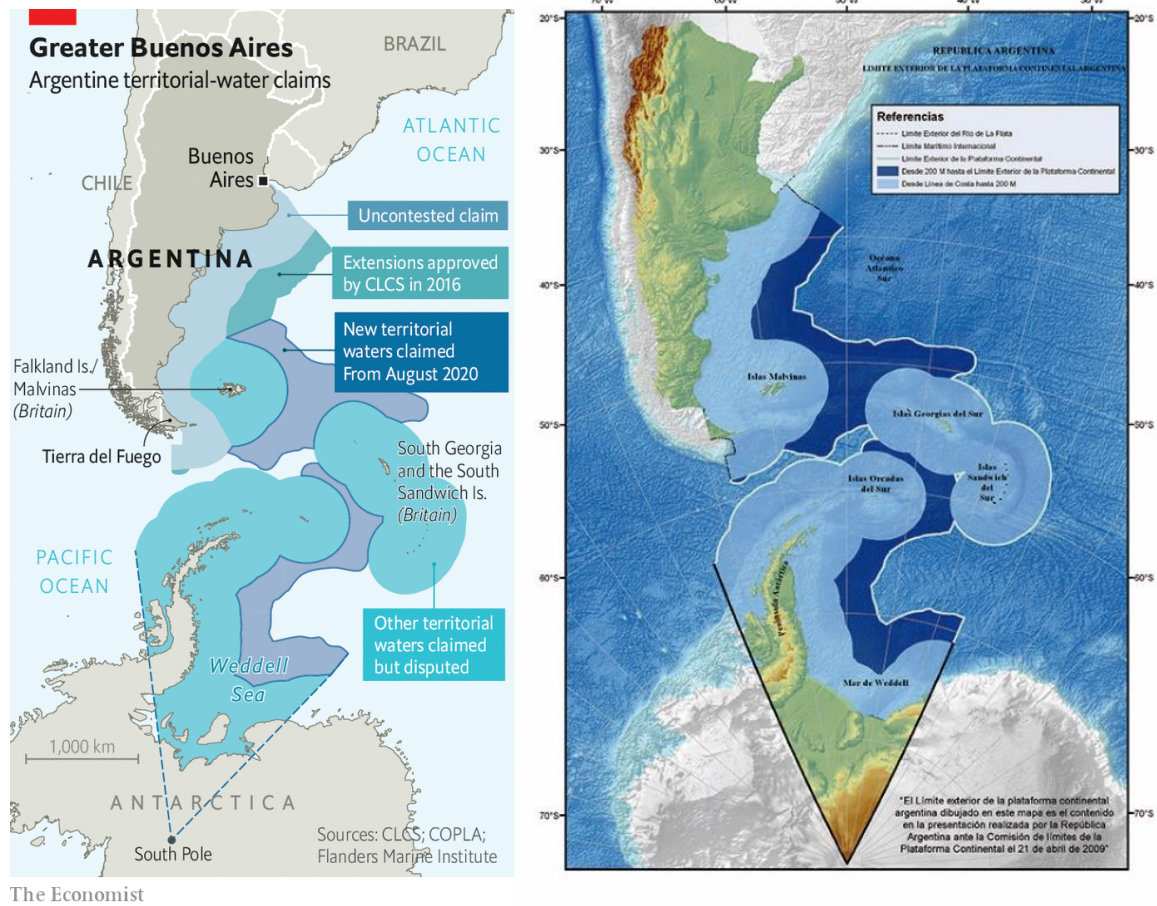


FIGURA 5. Extensão da Plataforma Continental Argentina.

Fonte: The Economist e Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/2020/10/08/argentina-doubles-in-size-or-so-it-claims>>. <<https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/boletin/la-argentina-asegura-sus-derechos-sobre-los-recursos-del-mar>> Acesso em: 15 jun. 2021.

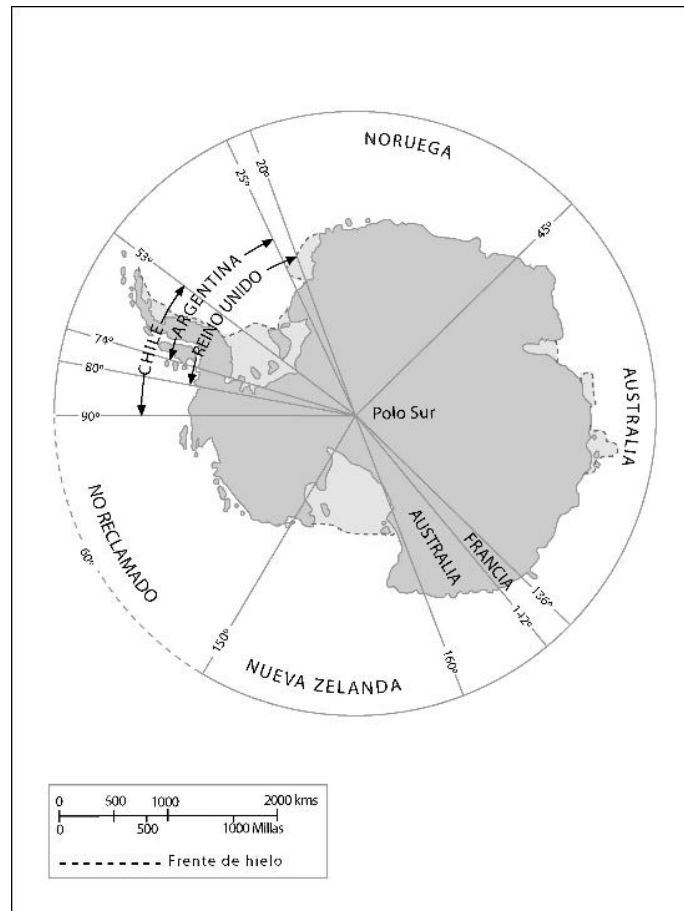


FIGURA 6. Mapa com limites das reivindicações territoriais do Continente Antártico.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Disponível em: < <https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/divulgacion/tratado-antartico> >.

Acesso em: 18 jun. 2021.